

## D. QUIXOTE, UNA ESCRITURA DESATADA

LUIZ FERNANDO FRANKLIN DE MATOS

No capítulo VI do primeiro tomo de *D. Quixote*, depois de ter assentado no leitor do livro a idéia de que “todo él es una invectiva contra los libros de caballerías”, Cervantes escreve o seguinte:

Y el primero que maese Nicolás le dio en las manos fue *Los cuatro de Amadis de Gaula*, y dijo el Cura:

— Parece cosa de misterio esta; porque, según he oído decir, este libro fue el primero de caballerías que se imprimió en España, y todos los demás han tomado principio y origem deste; y así, me parece que, como a dogmatizador de una secta tan mala, le debemos, sin excusa alguna, condenar al fuego.

— No, señor — dijo el Barbero —; que también he oído decir que es el mejor de todos los libros que de este género se han compuesto; y así, como a único en su arte, se debe perdonar.

— Así es verdad — dijo el Cura —, y por esa razón se le otorga la vida por ahora (*D. Quixote*, Vol. I, Cap. VI, p. 325) (1).

Esta passagem faz parte do célebre inventário que o Cura e o Barbero promovem na biblioteca de D. Quixote. Logo em seguida, viria a fogueira — de resto uma solução inútil. De qualquer maneira, o *Amadis* será poupado por este tribunal improvisado, apesar de ser “princípio e origem” dos demais livros de cavalaria e exercer sobre o Quixote um influxo todo especial.

Esta complacência deve ter ajudado os comentadores que sustentaram que Cervantes não escreveu propriamente contra todos os livros de cavalaria. O que não tolerava, dizem, eram os livros mal escritos. Daí a clemência para com *Amadis de Gaula*, “único em sua arte”, o melhor de todos.

---

(1) De acordo com as *Obras Completas* de Cervantes, Madri, Aguilar, T. II, 18.<sup>a</sup> edição.

Mas o fato é que Cervantes não faz claramente qualquer reparo deste tipo. Quando enuncia suas intenções de crítica dos livros cavalleirescos, fala deles em bloco, sem cuidar das exceções. No prólogo de 1605, por exemplo:

esta vuestra escritura no mira a más que a deshacer la autoridad y cabida que en el mundo y en el vulgo tienen los libros de caballerías (I, Prólogo, 304).

Ou, no final da segunda parte, dez anos depois:

no ha sido otro mi deseo que poner en aborrecimiento de los hombres las fingidas y disparatadas historias de los libros de caballerías, que por las de mi verdadero Don Quijote van ya tropezando, y han de caer del todo, sin duda alguna (II, LXXIV, 863).

Os exemplos poderiam ser multiplicados, como é óbvio. A escolha destes fica como amostragem de que Cervantes perseverou na idéia ao longo dos anos. Não viu razões para desviar ou voltar atrás, como em outras coisas, e continuou achando que não vinha ao caso fazer esta ou aquela exclusão.

Como qualquer fanático leitor de novelas de cavalaria, podemos supor que Cervantes também tivesse as suas simpatias. Mas deixemos de lado as especulações que correm o risco de extraviar para uma sondagem das preferências secretas e pessoais. O que não se pode negar é que, se existe algo digno de reparo nos textos de cavalaria (e deve haver, já que motivaram o *Quixote*), esse algo será comum a todos eles — da incomparável obra-prima à mais reles imitação.

A questão é definir esse traço. E a tarefa não é tão fácil quanto aparenta. Por exemplo: apesar das muitas alusões desairosas à “máquina mal fundada” dos livros cavalleirescos, no final do primeiro tomo os leitores mais apressados tropeçam com uma afirmação no mínimo constrangedora:

El cual autor no pide a los que la leyeren, en premio del inmenso trabajo que le costó inquirir y buscar todos los archivos manchegos, por sacarla a luz, sino que le den el mismo crédito que suelen dar los discretos a los libros de caballerías, quietan validos andan en el mundo; que con esto se tendrá por bien pagado y satisfecho, y se animará a sacar y buscar otras, si no tan verdaderas, a lo menos, de tanta invención y pasatiempo (I, LII, 570).

Ironia inconsequente? Aos olhos de Cide Hamete, seria *D. Quixote* a última das epopéias de cavalaria? A comparação revelaria uma nova burla de Cervantes, a ignorância de Benengeli ou a inconsciência de ambos em relação à prática narrativa contida no *Quixote*? O fato é que nesta altura Cide Hamete não permite que a pena deslize para as costumeiras imprecações contra as novelas de cavalaria. Com “discreción”, da forma como devem ser lidos os textos cavalleirescos: assim o leitor deveria percorrer as páginas do *Quixote*, se quisesse fazer justiça ao insano trabalho “filológico” do autor. Gracejos à parte (se é que há algum), esta passagem amarra o *D. Quixote* a uma certa tradição, recusada burlescamente, mas invocada como modelo.

Como se vê, com Cervantes nada é muito seguro. *D. Quixote* se proclama uma zombaria feroz das novelas de cavalaria, ao mesmo tempo que pede do seu leitor a mesma postura que, *de direito*, merecem os livros de cavalaria: discernimento, sensatez. Na realidade, que estatuto Cervantes reserva para estas novelas no *Quixote*? O de um modelo a recusar ou a preservar?

Antes de procurar resolver esta questão, talvez não seja inútil lembrar que Cervantes não é o primeiro, na Espanha, a descambar para uma crítica aberta das novelas de cavalaria. Antes dele, sob a pena carrancuda e grave de teólogos e moralistas, o gênero já tinha sido objeto das mais diferentes considerações. Após um trabalho paciente e cuidadoso, Martin de Riquer chegou ao seguinte levantamento de nomes e reparos:

#### I. Quanto aos autores dos livros de cavalaria:

a) São pessoas ociosas e despreocupadas, que perdem tempo escrevendo coisas néscias. Opinião vertida por Luís Vives, Pero Mexía y Garcia Matamoros.

b) São iletrados, escrevem mal e leram poucos livros. Opinião vertida por Luís Vives, por Alfonso de Valdés — com ressalvas a respeito de *Amadis, Palmerin e Primaleão* —, por Arias Montano e por Sánchez de Lima.

c) São mentirosos, inimigos da verdade e da história autêntica. Opinião vertida por Luís Vives, Alfonso de Valdés, Francisco de Monzón, Pero Mexía, Alonso de Fuentes, Diego Gracián, Fernández de Oviedo, Andrés de Laguna, Gonzalo de Illescas, Arias Montano, Sánchez de Lima, Frei Luis de Granada e Malón de Chaide.

#### II. Quanto aos leitores dos livros de cavalaria:

a) São incitados à sensualidade e ao vício. Opinião vertida por Luís Vives, Frei Antonio de Guevara, Cervantes de Salazar, Pero Mexía, Alejo de Venegas, Luís de Alarcón, Alonso de Fuentes, Fernández de Oviedo, Gonzalo de Illescas, Arias Montano, Sánchez de Lima, Frei Luis de Granada, Malón de Chaide e Francisco de Ribeira.

b) São perda de tempo e leitura própria de pessoas ociosas. Opinião vertida por Luís Vives, Frei Antonio de Guevara, Pero Mexía, Diego Gracián, Andrés de Laguna e João de Barros.

III. Em vista de tais inconvenientes, os livros de cavalaria deveriam ser proibidos, castigados ou queimados; por outro lado, não se compreende (diz Melchor Cano) como se lhes outorga privilégio de impressão. Opinião vertida por Luís Vives, Frei Antonio de Guevara, Francisco de Monzón, Cervantes de Sa-lazar, Pero Mexia, Alonso de Fuentes, Fernández de Oviedo, Andrés de Laguna y Gonzalo de Illescas (2).

Como se vê, o projeto de Cervantes está precedido pela autoridade de uma respeitável tradição. Pois bem: em algum lugar *D. Quixote* acrescenta algo ao que já foi dito?

Em seguida a este levantamento minucioso, Riquer se põe à procura das passagens em que o *Quixote* reincide nas críticas anteriores. O resultado é que, mesmo sem considerar as intervenções abertas da voz narrativa, é possível reler no texto de Cervantes cada uma das ressalvas críticas repisadas pelos nomes ilustres arrolados por Riquer. Em geral, as imprecisões irrompem no discurso de veneráveis figuras eclesiásticas: das tentativas benevolentes do Cura às sábias razões do Clérigo toledano, sem esquecer a repreensão mal-humorada do sacerdote à mesa dos Duques.

De todas as intervenções, a do Clérigo de Toledo é a mais abundante do ponto de vista teórico. Por quase três capítulos a fio, entremeado com a amenidade das aventuras quixotescas, Cervantes se permite um autêntico discurso de poética literária. Conforme anotaram muitos comentadores, as “doutas e discretas” convicções do Clérigo atestam a retomada de Aristóteles pelo século XVII — via *Philosophia Antigua Poetica* de Pinciano, no caso de Cervantes. Nada de muito original. Estes “cuentos disparatados”, afirma ele, são “ajenos de todo discreto artificio”, carecem de “un cuerpo de fábula entero con todos sus miembros”. Não têm qualquer intenção de “enseñar” e seria um contra-senso supor que “deleitassem”, já que só “hermosura y concordancia” proporcionam prazer. Por que todos estes defeitos? Pela mesma razão que a comédia lopesca é desqualificada: a de não levar em conta “arte y reglas”, burlando verossimilhança e imitação, “en quien consiste la perfección de lo que se escribe” (3).

Mas não seria o caso de perguntar em que medida Cervantes endossa os juízos atribuídos a estas personagens? Sem risco de qualquer arbitrariedade, poderíamos supor que ele tenha produzido uma

---

(2) Martin de Riquer, “Introducción a la Lectura del ‘Quijote’”, in *Don Quijote*, Barcelona, Ed. Labor, 1969, p. XIX-XX.

(3) As razões do Clérigo ocupam os capítulos XLVII, XLVIII, XLIX e L, comportando pausas. Ver p. 545-561 da edição citada.

galeria de títeres de sotaina, destinados a dizer o que Cervantes mesmo não diz? O mais provável é que nestas passagens misture suas opiniões às alheias, preservando sempre o humor necessário para não se poupar das críticas proferidas pelas personagens (4).

Mas admitamos que Cervantes assentisse a todas essas críticas. Ainda assim, não acreditamos ilegítimo sustentar que tinha lá suas dúvidas quanto à *eficácia* destas arengas teóricas. De fato, se há algo de comum no desfecho destes sermões arrebatados e proselitistas, nós podemos afirmar que o que sempre se repete é a sua *inutilidade*. D. Quixote não se deixa convencer por eles. O resultado a que conduzem, se é que isto é possível, só faz exacerbar a loucura do herói. Soluções mais extrematas, talvez? Incluir no *Index*, um a um, os textos de cavalaria? Recorrer às fogueiras? Também não basta: o Cura recorreu a elas e nem por isso conseguiu prejudicar as andanças de D. Quixote.

No entanto, não é de hoje que estamos habituados a ouvir que apenas a publicação de *D. Quixote* desterrou de vez a “máquina mal fundada” das novelas cavalleirescas. Conforme a palavra de Riquer,

... foi Cervantes quem o fez em realidade e com autêntica eficácia, e quem dispôs um tal auto de fé que acabou para sempre com um gênero literário contra o qual tropejavam em vão, desde três quartos de século, moralistas e autores graves, procuradores em Corte e teólogos (5).

A explicação de Riquer para a contundência de *D. Quixote*, apesar de Cervantes, segundo ele, assacar “contra a literatura cavalleiresca os mesmos argumentos que esgrimiram aqueles escritores”, já pode ser encontrada no testemunho de um contemporâneo, Joseph de Valdivielso, incumbido de firmar a aprovação ao segundo volume de *D. Quixote*:

... el autor, mezclando las veras y las burlas, lo dulce a lo provechoso y lo moral a lo faceto, disimulando em el cebo del donaire el anzuelo de la reprehensión y cumpliendo con el acertado asunto, en que pretende la expulsión de los libros de caballerías, pues, con su buena diligencia, mañosamente, alimpiando de su contagiosa dolencia a estes reinos, es obra muy digna de su gran ingenio (...). (“Aprobación”, 574).

---

(4) Não é certo, por exemplo, que o Eclesiástico sempre advertia o Duque, “diciéndole que era disparate leer tales disparates”? Isto é: ler *D. Quixote*.

(5) Riquer, *in op. cit.*, p. XXIX.

Manha e dissimulação, não são estas as palavras que definem esta passagem? Travestir em chistoso o moral, misturar às burlas e brincadeiras uma secreta intenção pedagógica: daí o êxito de Cervantes?

Este tipo de comentário, entretanto, acaba atribuindo a *D. Quixote* o estatuto de mero estratégico, que põe em roupagens satíricas a gravidade das críticas anteriores. Seria possível, em sã consciência, considerar o texto de Cervantes uma simples ilustração, literária e satírica, do discurso teórico de moralistas, teólogos e procuradores? Se não é desproposital dizer, como dissemos, que talvez Cervantes julgasse inúteis os expedientes formulados neste tipo de fala, seria justo, por outro lado, supor que a eficácia adviria do acréscimo da "arma da ironia" às suas coordenadas, como pretende Riquer?

Talvez fosse razoável que nos interrogássemos sobre a natureza desta ironia. Dada a ineficácia das sérias e graves perorações, que relação de leitura promove ela?

Antes de mais nada, o que é necessário evitar a todo custo é a identificação de *D. Quixote* à versão moderna do satírico, com direção puramente *negativa*. Quanto a este tema, o que há de mais instrutivo está contido no célebre estudo de Bakhtine sobre a obra de Rabelais (6). Conforme sustenta Bakhtine, a concepção que tem do riso o século XVI distingue-se radicalmente da que fez história nos séculos seguintes. Herdeiro tanto de uma certa tradição grega e latina (Hipócrates, Aristóteles, Luciano) quando da cultura popular medieval (sobretudo a carnavalesca), o século XVI vê no riso "uma das formas fundamentais através das quais se expressa o mundo, a história e o homem". O ponto de vista *cômico* não é menos importante que o *sério*, sendo em muitos casos o *único* capacitado a falar sobre "certos aspectos excepcionais do mundo".

Mas o século XVII marcará aqui uma grande ruptura, cumprindo, com a instauração da hierarquia dos gêneros, "o processo de reinterpretação do riso" anunciado desde fins do século XVI. O *cômico* será então confinado à soleira do literário. Já não pode expressar, segundo os termos de Bakhtine, "uma concepção universal do mundo". O discurso *cômico* ficará restrito a falar dos vícios do indivíduo e da sociedade, já que só é essencial e significativo o que acontece *seriamente*.

Não pretendemos aprofundar aqui a consideração desta ruptura. Seria preciso discorrer, por exemplo, sobre as complexas relações entre carnaval e feudalismo, o que nos daria a medida das razões

---

(6) Mikail Bakhtine, *La Cultura Popular en la Edad Media y el Renacimiento*, Barcelona, Barra Editores SA, 1974. Ver também *La Poétique de Dostoievski*, Paris, Seuil, 1970.

pelas quais a importância da festa carnavalesca decresce enquanto o liberalismo burguês começa a fazer história. No momento basta reter a dívida de Rabelais, Cervantes ou mesmo Shakespeare com o humor carnavalesco da Idade Média. Quando se refere a este humor, Bakhtine acentua não apenas o caráter popular e universal que possui, mas também sua natureza essencialmente *ambivalente*: “alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlão e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita de uma só vez” (7). O que está implicado neste riso não é apenas a negação pura e absoluta, mas a sabedoria exultante da relatividade: o carnaval festeja o processo da mudança.

Daí o fato de a paródia contemporânea do esplendor carnavalesco ser irredutível à sua feição moderna. A partir de fins do século XVI, o cômico “põe-se a serviço de uma tendência abstrata” e o predomínio da intenção “moral” suprime a força ambivalente do seu humor.

Sem dúvida, é a este tipo de comicidade que a fala de Valdivielso amarra o livro de Cervantes. Mas qualquer leitor do *Quixote* é capaz de reconhecer as marcas profundas da tradição medieval no caráter contraditório de sua experiência de leitura. É bem possível que o livro comece sob o riso fácil e negativo da sátira moderna, e já houve quem dissesse que talvez Cervantes pretendesse dar-lhe um fim nos primeiros capítulos. *D. Quixote* seria, então, uma de suas tantas novelas *exemplares*, destinada a satirizar um fidalgo manchego e seu amor exagerado pelas novelas de cavalaria. Mas *D. Quixote* vai tomando conta da pena de Cervantes e consegue fazer que ela escreva a seu favor, ainda que continue contra ele. Nunca deixamos de rir da imaginação disparatada do herói, mas com o correr das páginas também já não será possível deixar de lamentar “a vulgaridade e futilidade” (os termos são de Hegel) do mundo que o desmente.

E no entanto *D. Quixote* nunca deixa de ser o leitor cavalheiresco *por excelência*. É ele em pessoa, sua encarnação mais radical. Como esperar, portanto, que Cervantes tenha escrito um libelo contra as novelas de cavalaria? Este contra-senso foi notado por Pirandello: “Se Cervantes tivesse querido destruir os livros de cavalaria, pela sua nefasta influência sobre o espírito de seus contemporâneos, o exemplo de *D. Quixote* não seria muito convincente” (8). Se a pretensão do livro fosse apenas essa, nada melhor do que continuar

---

(7) Bakhtine, *La Cultura Popular*, p. 17.

(8) Pirandello, *Ecrits sur le Théâtre et la Littérature*, Paris, Denoel-Gonthier, 1968, p. 111.

na tônica dos cinco primeiros capítulos. Mas não é o que ocorre, porque Cervantes não está interessado somente em “destruir” as novelas de cavalaria, mas ao mesmo tempo em *exaltá-las* entusiasmadamente.

Senão vejamos: no primeiro tomo, como contraponto à narração das peripécias infelizes de D. Quixote, Cervantes inventa o olhar onisciente de Cide Hamete Benengeli, sob a pena de quem o cavaleiro se torna uma celebridade. Implicada nesta recolocação burlesca das relações entre historiografia e novela cavalleiresca, não se pode deixar de ser a desmontagem da prática ilusionista de leitura que desviou o juízo de D. Quixote. Na segunda parte, mais do que nunca, Cervantes parece perseverar na idéia: o *Quixote* se debruça sobre si mesmo, as personagens se tornam outros tantos leitores, os leitores se surpreendem mera “ficción”, como diria Borges. Desbaratado como se fosse um brinquedo desmontável, o ilusionismo irrompe, entretanto, com força redobrada, no próprio ato que parecia “desterrá-lo”, para usar uma palavra cara a Cervantes. Na sua integridade de obra-prima, *D. Quixote* é, antes de mais nada, um livro “dividido”, conforme acentua Leo Spitzer, onde “desilusão e ilusão (...), por um milagre, não se desagregam” (9). Esta divisão — que faz do crítico do ilusionismo um ilusionista pertinaz — recoloca a complexa sabedoria do festejo carnavalesco, onde amortilhar e exaltar não são termos excludentes. Ao fazer a paródia da prática de leitura suposta nas novelas de cavalaria, Cervantes celebrou-lhe os encantos inquietantes, zombando alegremente dos seus truques de imaginação.

Como tantos leitores de *D. Quixote*, Helmut Hatzfeld não parece apaixonar-se por questões como esta. Nos seus textos sobre o Barroco, não hesita em fazer do livro de Cervantes uma inigualável sátira com tendências contra-reformistas. “Na época dos índices de livros proibidos”, afirma, “o mais natural é que Cervantes nos apresente um caso exemplar, para correção dos que querem abandonar-se à leitura desordenada, sem outro guia que o seu próprio entusiasmo. Por isso, o arrependimento final de D. Quixote é profundamente sincero e conforme a intenção de Cervantes, que é a de condenar os erros de seu herói, juntamente com os livros que os ocasionaram” (10). É verdade que o *Quixote* não é de todo infenso a esta vontade. Pode até ser correto declarar que no final Cervantes recai na tônica dos

---

(9) Leo Spitzer, “Perspectivismo Lingüístico en El Quijote”, in *Lingüística e Historia Literaria*, Madri, Gredos, 1974, p. 185.

(10) Helmut Hatzfeld, *Estudios sobre el Barroco*, Madri, Gredos, 1972, p. 526.

primeiros capítulos. Mas fazer do Quixote apenas esta sátira, além de reduzi-lo a mera ilustração de teses contra-reformistas, sacrificaria-lhe as contradições mais caras. Já que se quer, Cervantes terminou “de vez” com a voga das novelas de cavalaria, mas não porque fez “satírico” um discurso exposto em outro registro. O novo em Cervantes é que esse “desterro” se cumpre por obra de uma crítica da relação de leitura suposta nas novelas de cavalaria, já que de pouco adianta proibir os livros ou fazer fogueiras. Mas esta crítica não é uma pura negação. Talvez se aparente muito mais com a velha decisão do filósofo: expulsar o poeta, cobrindo-o de flores.

Retornemos à fala do Clérigo de Toledo, cujas certezas não são tão límpidas assim, como parecem a muitos. É talvez uma das tantas contradições do livro que, volta e meia, procura domesticar, com o auxílio das “regras”, o fluxo carnavalesco “decididamente hostil a toda perfeição definitiva” (11). O próprio Cervantes tem ciência da contradição. É por isso, sem dúvida, que as razões do Clérigo terminam com uma ressalva elogiosa às novelas de cavalaria:

que era el sujeto que ofrecían para que un buen entendimiento pudiese mostrarse en ellos, porque daban largo y espacioso campo por donde sin empacho alguno pudiese correr la pluma (I, XLVII, 550).

*Sin empacho alguno*, apesar das regras. Cervantes conhecia e respeitava os preceitos aristotélicos, mas sabia que *D. Quixote* inaugurava uma nova tradição narrativa, não estranha ao legado das novelas de cavalaria. Enquanto escrevia, burlava as regras com muita frequência e, fazendo teoria, procurava domar-se, tomando-as como irrecusável ponto de referência:

Porque la escritura desatada destes libros da lugar a que el autor pueda mostrarse épico, lírico, trágico, cómico, con todas aquellas partes que encierran en sí las dulcísimas y agradables ciencias de la poesía y de la oratoria; que la épica tan bien puede escribirse en prosa como en verso (I, XLVII, 550).

*Escritura desatada*: nada melhor para definir o *Quixote* do que este achado, que marca as diferenças do livro de Cervantes, mas acolhe sob sua idéia o que se retém das novelas de cavalaria. Daí o fato de o leitor de *D. Quixote* ser pensado sob o modelo do leitor cavalheiresco ideal, dotado de “discreción”. Um preceptista clássico e contra-reformista, *tout court*, se permitiria tais licenças em matéria de poética e religião?

---

(11) Bakhtine, *La Cultura Popular*, p. 9.